

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/37224	49474/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/35335</b>	<b>37027/2025</b>	<b>Reclamação ou exposição</b>
Unidade Administrativa		
<b>DF - [PD]</b>		
Propósito		
<b>Expediente Geral \ DF - Despacho (sem notificação)</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Presidente da Câmara Municipal</b>		

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

**Processo:** 37027/2025

**Assunto:** Sistema predial de drenagem de águas pluviais. Ligação à rede pública

**Local:** Alameda do Fujacal, nº 355, 365 e 371, São José de São Lázaro e São João do Souto

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

De acordo com o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua versão atual, dita o n.º 1, art.º 69.º, que todos os edifícios, existentes, ou a construir, com acesso ao serviço de saneamento de águas residuais devem dispor de sistemas prediais de drenagem de águas residuais devidamente licenciados, de acordo com as normas de conceção e dimensionamento em vigor, e estar ligados aos respetivos sistemas públicos, conforme o previsto no n.º 3, do art.º 4.º, do mesmo diploma -

Conforme informação I/37306/2024, foi verificando que o sistema predial de águas pluviais não se encontra ligado à rede pública, situação que deve ser regularizada, operação esta sujeita a controlo prévio, conforme o n.º 5, do art.º 69.º, da legislação supramencionada devendo para tal, submeter projeto de licenciamento nos termos do regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual versão. Segundo o Regime Sancionatório previsto no diploma legal atrás referido, designadamente no capítulo VIII, artigo 72.º, n.º 2, al. b), o incumprimento da obrigação de ligação dos sistemas prediais aos sistemas públicos, quando tal resulte do disposto do artigo 69.º, atrás referido, constitui contraordenação, punível com coima.

Quanto à questão da eventual ligação de esgoto de máquinas de lavar ao sistema predial de águas pluviais (referida pelo reclamante ainda que não o tenha sido na Informação da agente), deverá a Administração do Condomínio apurar esses factos junto dos condóminos, alertando-os de que é obrigatória a separação dos sistemas de drenagem de águas residuais domésticas dos de águas



pluviais, devendo os utilizadores proceder à ligação aos sistemas municipais respetivos. Segundo o Regime Sancionatório previsto no diploma legal atrás referido, designadamente no capítulo VIII, artigo 72.º, n.º 2, al. a), o incumprimento da obrigação de ligação dos sistemas prediais aos respetivos sistemas públicos, constitui contraordenação, punível com coima.

Assim, propõe-se:

1. Notificar a Administração do Condomínio, nos seguintes termos:

- De acordo com o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual, dispõe o n.º 1 do artigo 69.º que todos os edifícios, existentes ou a construir, com acesso ao serviço público de saneamento de águas residuais, devem dispor de sistemas prediais de drenagem devidamente licenciados, em conformidade com as normas de conceção e dimensionamento em vigor, e estar ligados aos respetivos sistemas públicos, conforme o previsto no n.º 3 do artigo 4.º do mesmo diploma.
- Foi verificado por esta Divisão de Fiscalização de Obras Particulares que o sistema predial de águas pluviais do edifício em causa não se encontra ligado à rede pública, situação que deverá ser regularizada.

Nos termos do artigo 72.º, n.º 2, alínea b) do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua versão atual, o incumprimento da obrigação de ligação dos sistemas prediais aos sistemas públicos, quando tal resulte do disposto no artigo 69.º, constitui contraordenação punível com coima.

- Mais se alerta que eventuais ligações indevidas de esgotos domésticos (nomeadamente de máquinas de lavar) ao sistema predial de águas pluviais, configuram igualmente infração, devendo V. Ex.<sup>a</sup> apurar esses factos junto dos condóminos e promover a correção imediata, pois é obrigatória a separação dos sistemas de drenagem de águas residuais domésticas e de águas pluviais, devendo as respetivas ligações ser efetuadas aos sistemas municipais adequados.

Nos termos do artigo 72.º, n.º 2, alínea a) do mesmo diploma, o incumprimento da obrigação de ligação dos sistemas prediais aos respetivos sistemas públicos constitui igualmente contraordenação punível com coima.

- Com vista à reposição da legalidade urbanística, é intenção deste Município ordenar a ligação do sistema predial de águas pluviais ao respetivo sistema público, operação esta sujeita a controlo prévio, nos termos do n.º 5 do artigo 69.º do referido diploma, devendo para o efeito ser submetido projeto de licenciamento nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo garantir-se a separação entre as redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, nos termos do n.º 3, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua versão atual.
- Caso a execução dos trabalhos implique a ocupação do espaço público, deverá previamente munir-se da respetiva licença municipal.
- O incumprimento das determinações municipais implicará o recurso aos mecanismos coercivos previstos no artigo 108.º do RJUE, nomeadamente a execução coerciva das obras ou trabalhos necessários, a expensas de V. Ex.<sup>a</sup>.
- Nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, na redação atual, dispõe V. Ex.<sup>a</sup> do prazo de 10 (dez) dias úteis para se pronunciar, por escrito, sobre a



presente intenção de decisão.

Findo este prazo, sem resposta, o projeto de decisão converter-se-á em definitivo, dispondo V. Ex.<sup>a</sup> de 120 (cento e vinte) dias úteis para regularizar a situação.

2. Dar conhecimento ao reclamante.

## **DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

